

MICHÈLE BARRETT

# As palavras e as coisas: materialismo e método na análise feminista contemporânea<sup>1</sup>

## Dispensando as 'coisas'

O que, em suma, queremos fazer é dispensar as 'coisas'... Substituir o tesouro enigmático das 'coisas' que antecedem o discurso pela formação regular de objetos que emergem apenas no discurso.

(Michel Foucault)

<sup>1</sup> Sou grata a Isabel Armstrong por me solicitar o artigo que me colocou neste caminho ('O Feminismo se Volta para a Cultura'), e a todos os membros do grupo de discussão sobre pós-estruturalismo e historiografia feminista. Agradecimentos em particular a Catherine Hall, Anne Phillips e Ruth Petrie.

A ambição de dispensar as 'coisas' — e valorizar mais as 'palavras' — tem causado uma certa perplexidade e irritação geral. Muitas feministas, em particular, tendem a ver 'coisas' — sejam elas baixos salários, estupro ou feticídio feminino — como sendo mais significativas, por exemplo, do que a construção discursiva da marginalidade em um texto ou documento. Neste ensaio, quero explorar como o caráter relativo das coisas e das palavras se tornou central na filosofia e na teoria social contemporâneas, e por que as feministas, particularmente, têm investido fortemente nessa questão.

De onde vem esse movimento de idéias? Uma possível origem seria o grupo de pensadores e teorias aos quais normalmente nos referimos, de forma vaga, como 'pós-estruturalismo'. Em muitos aspectos, esse rótulo é insatisfatório, já que conjuga um grupo diverso e, muitas vezes, contraditório de idéias com base apenas no que o precedeu cronologicamente no pensamento parisiense. No entanto, os pensadores-chave do 'pós-estruturalismo' — Derrida, Foucault e Lacan — montaram juntos, assim como individualmente, uma crítica devastadora dos principais pressupostos em que se baseava a maior parte das teorias social e feminista, da qual nenhuma das duas saiu ileso. Nas ciências sociais como um todo, conceitos inquestionáveis como 'estrutura social', 'papel', 'indivíduo' ou 'mercado de trabalho' tornaram-se discutíveis no que diz respeito a suas pressuposições acerca de uma totalidade social ou infra-estrutura, ou acerca das supostas características dos atores sociais. Na teoria cultural e nas humanidades, as suposições da crítica em relação a autores, leitores e, sobretudo, em relação ao 'sujeito humano' como tal vêm sendo funda-

mentalmente repensadas. O feminismo ocidental contemporâneo, confiante por muitos anos na distinção entre sexo e gênero, na análise do 'patriarcado' ou na postulação do 'olhar masculino', deparou-se com a implosão radical dessas diversas categorias pela nova ênfase 'desconstrutiva' na fluidez e na contingência. Essas incertezas terminológicas são o efeito da popularização de alguns temas centrais, mesmo que distorcidos, das obras de Derrida, Lacan e Foucault.

## Pós-estruturalismo

Esses pós-estruturalistas oferecem uma análise crítica tanto da teoria social liberal dominante quanto da filosofia (incluindo a psicologia, as ciências políticas etc), mas talvez eles ataquem mais de perto os pressupostos do pensamento marxista e radical. Em particular, os pressupostos do materialismo — a consciência dependente da matéria e o domínio das relações econômicas — foram dizimados. A citação de 'palavras e coisas' de Foucault ilustra muito bem esse ponto. Não que Foucault tenha desejado dizimar totalmente as 'coisas'; ele não estava 'negando a realidade' ou tentando semelhante insanidade. Ele desafiou a hierarquia de valores típica da perspectiva materialista, contrapondo a 'muda existência da realidade' com a habilidade de grupos de signos (discursos) de agir como "práticas que, sistematicamente, formam os objetos dos quais eles falam" (Foucault, 1989, p.49). Essa análise crítica da importância atribuída à matéria e da correspondente insistência na importância do significado tem sido pouco reconhecida, mas tem tido — nos lugares onde fez eco — efeitos de longo alcance.

Uma segunda tese que merece ser notada é o desafio pós-estruturalista às suposições acerca da causalidade. O problema da causalidade é aqui ligado a críticas ao pensamento teleológico e à atribuição retrospectiva de poder epistemológico ao passado. Tanto em Derrida quanto em Foucault, encontramos uma extensa análise crítica da busca da origem, do momento fundador que explicaria tudo. Para o feminismo, que de tempos em tempos tem se preocupado com as origens ou causas da opressão às mulheres, qualquer desvio da causalidade é tão relevante quanto discutível. Ecos da crítica de uma causa originária e fundadora também podem ser encontrados na interpretação contemporânea de Lacan. Ao invés da busca por um 'acontecimento real' no passado psíquico que explicaria as causas da neurose ou de alguma patologia, procura-se pelos significados da contínua representação interior da experiência, com repetições recorrentes sendo vistas como mais importantes do que qualquer momento 'original'.

Um terceiro elemento do pós-estruturalismo que tem uma implicação óbvia e crucial na relação entre palavras e coisas é a sua forma de abordar a linguagem. O pressuposto básico acerca da linguagem nas teorias social e feminista costumava

\* Para Barthes, a escritura (*écriture*) é a forma de escrita do escritor, que, como *literatura* ou *texto*, designa toda forma discursiva em que as palavras se apresentam em todo seu potencial enquanto significantes, e não como mero veículo de expressão. Para se referir à escritura no sentido barthesiano, a língua inglesa faz uso da expressão 'writerly text' ou do substantivo 'writerliness' (N da T).

2 É um prazer reconhecer meu débito a Gayatri Spivak (Alabama, 1986) sobre essa questão.

ser o de que a linguagem era um veículo para a expressão de idéias. Isso é mais facilmente ilustrado na tradução. Alguém escreve um livro contendo várias idéias e proposições, que podem ser expressas sem problemas como sendo o 'mesmo livro' em outra língua. Se essa é uma caricatura da visão inocente anterior ao pós-estruturalismo, foi, de qualquer forma, bastante comum tanto na teoria social quanto na feminista até recentemente. A revolução Saussuriana no mínimo derrubou esse entendimento da linguagem como um mero veículo de expressão, e ultimamente vem crescendo a noção de que a linguagem tem o poder de construir, não apenas de expressar, significados. Isso pode ser constatado de várias maneiras diferentes, algumas relativamente teóricas e outras mais pragmáticas. Roland Barthes inaugurou essa questão com respeito aos graus variáveis de escritura ('*writerliness*') em textos, e seu trabalho deixou claro que — para citar apenas um exemplo — o ideal clássico francês de *clarté* (lucidez) era apenas um dos vários estilos de escrita disponíveis. Clareza é um *estilo* discursivo e não um atributo essencial do autor ou de um texto<sup>2</sup>. É central a essa visão de linguagem a compreensão de que o significado é construído dentro da linguagem a partir de um processo de diferenciação. O significado não é absoluto nem fixo em relação ao referente, mas sim arbitrário a esse respeito. O significado é construído através da contraposição de elementos diferentes, cuja definição reside precisamente nas diferenças entre eles.

As pessoas têm aceito, em graus variáveis, a noção de que o significado é construído em vez de expresso pela linguagem. A posição mais forte a esse respeito é a de Jacques Derrida, para quem, logicamente, não pode existir algo como um 'sumário' ou uma 'tradução'. Cada novo texto irá construir significados a partir de seus elementos constitutivos de uma maneira diferente e não será um veículo — será nada mais nada menos do que um outro texto. Uma outra abordagem influente é a de Foucault, para quem a questão central é 'O que pode ser dito?'. O conceito foucaultiano de discurso nos permite pensar sobre o poder epistemológico dos regimes discursivos e sobre a importância de se compreender o que pode ser articulado e quando. Como o próprio Foucault coloca, "trata-se de um problema de verbalização" (Foucault, 1990, p. 8). As implicações desses pontos de vista são obviamente abrangentes. Antes de discutilos, contudo, gostaria de apontar para um outro aspecto da relação 'palavras e coisas' dentro do feminismo.

## O feminismo se volta para a cultura

Nos últimos dez anos, temos presenciado uma grande 'virada para a cultura' no feminismo (ver Barrett, 1990). Academicamente, as ciências sociais perderam espaço dentro do feminismo, e a estrela que cresce está nas artes, nas humanidades e na filosofia. Dentro dessa mudança geral, podemos

verificar um interesse marcante na análise de processos de simbolização e representação — o campo da 'cultura' —, além de tentativas de se desenvolver uma compreensão melhor da subjetividade, da psiquê e do *self*. O tipo de sociologia feminista que tem um público maior, por exemplo, abandonou um modelo determinista de 'estrutura social' (seja ele o capitalismo, o patriarcado, a divisão sexual do mercado de trabalho, ou qualquer outro) e passou a lidar com questões de cultura, sexualidade ou agenciamento político — contrapesos óbvios para quem antes enfatizava a estrutura social.

Tais desenvolvimentos acadêmicos fazem parte de uma mudança mais ampla dentro do feminismo, pelo menos na Grã-Bretanha, e na Europa de maneira geral. No campo editorial, por exemplo, as vendas de ficção dispararam enquanto as de não-ficção despencaram. O feminismo vende melhor como ficção, e tentativas de escrever e lançar no mercado versões modernas dos clássicos 'best-sellers' de não-ficção feministas resultaram em fracassos notáveis. É interessante notar, também, que os comentários e as discussões culturais feministas tendem a se inspirar nos prazeres da ficção: as coisas que queremos escrever e ler a respeito são romance, crime, melodrama etc.

Esses desenvolvimentos trazem à tona algumas questões complexas, não menores do que a desilusão e a análise crítica que já anunciavam essa nova direção. Neste artigo, não vou explorar as razões políticas nem o momento histórico dessas mudanças, apesar de serem questões altamente significativas. Ao invés, quero focalizar as implicações e os pontos importantes em questão nesse movimento de um grupo de disciplinas para outro. Para começar, sugiro que não basta simplesmente voltarmos a atenção de uma direção para outra, nem aplicar o instrumental crítico de uma disciplina no objeto de estudo tradicional de uma outra. A questão de que peso atribuir a esses vários objetos (o econômico ou o estético, por exemplo) terá que, eventualmente, ser repensada. Enquanto isso, podemos seguramente afirmar que o equilíbrio entre as palavras e as coisas saiu da preocupação das ciências sociais com as coisas em direção a uma sensibilidade mais cultural da importância das palavras.

Finalmente, poderíamos perguntar o que significa o fato de o termo pós-moderno 'metanarrativa' ter se tornado tão atraente. Muitos dos que não concordam totalmente com os argumentos de Jean-François Lyotard ficam, no entanto, satisfeitos em descrever projetos políticos e intelectuais abrangentes como sendo as 'metanarrativas' do feminismo, do democratismo etc. O interesse aqui reside em nossa disposição para ficcionalizar essas entidades e para considerá-las como histórias (narrativa: contar um conto, relatar um acontecimento). Afirmar isso não significa estabelecer uma antítese grosseira entre 'política' e 'ficção', mas sim fazer uso de uma ficcionalização metafórica como instrumento crítico para desfazer as pretensões objetivistas da racionalidade, do iluminismo e até mesmo do feminismo. No

que se segue, discutirei algumas das implicações gerais dessas mudanças.

## Uma mudança de paradigma na teoria feminista?

Iniciei discutindo o movimento das coisas para as palavras, mas não há dúvidas de que esse movimento faz parte de uma mudança mais ampla dentro do pensamento social contemporâneo. O pensamento feminista tanto contribui como sofre as influências desses desenvolvimentos maiores. Como Anne Phillips e eu comentamos anteriormente, as mudanças no pensamento feminista poderiam ser vistas como uma espécie de 'mudança de paradigma'.<sup>3</sup> Uma outra maneira de pensar a questão seria interrogar se um dado problema pode ser repensado a partir dos termos de referência de uma teoria existente, ou se — para que se possa ir adiante — é preciso que se desenvolva um arcabouço teórico totalmente novo. Ernesto Laclau, escrevendo sobre o assunto, pergunta se seria realmente possível 'resolvermos' um problema teórico a partir do paradigma original. Laclau sugere que não: que se o problema é genuinamente 'teórico' (ao invés de uma questão de como se aplica uma teoria ou seu respaldo empírico), não pode ser resolvido, mas apenas 'substituído' (superado) em uma nova teoria (Laclau, 1977, pp. 60-1). Evidentemente, é um tanto fácil sugerir que a influência do pós-estruturalismo, e a crítica fundamental da racionalidade iluminista e do marxismo clássico estão estabelecendo uma nova estrutura de referência que poderia ser descrita como uma mudança da ordem paradigmática. Seyla Benhabib, por exemplo, refere-se decisivamente a "um deslocamento paradigmático na filosofia contemporânea da consciência para a linguagem, do denotativo para o performativo, da proposição para o ato da fala" (Benhabib, 1990). Muitas feministas podem considerar a substituição de modelos feministas que enfatizavam a 'igualdade' por aqueles que enfatizam a 'diferença' — fato que caracterizou a última década do feminismo ocidental — como uma mudança de paradigma; por outro lado, podemos conceber o debate Igualdade/diferença como sendo, em si, um paradigma *dentro* do qual uma posição ou outra pode ser tomada sem que haja maiores danos ao modelo.

3 Ver Introduction. In: Barrett e Phillips (1992), p. 1-19.

## Pós-modernismo

Explorar a questão da relação entre o feminismo contemporâneo e a teoria social requer, evidentemente, que abordemos argumentos 'pós-modernistas', assim como pós-estruturalistas. Apesar de hoje haver menos confusão no uso do termo pós-modernismo, vale a pena recapitular os diferentes contextos em que ele é usado. Com relação a estratégias estéticas e formas culturais, ele se refere a um interesse pela superfície em

4 Essa formulação telegráfica sinaliza um debate complexo na medida em que a sociologia, e as ciências sociais em geral, nasceram do 'momento' modernista. Para uma discussão dessas questões, ver Boyne & Raffansi (1990), Lash (1990, capítulo 5), Turner (1990), Frisby (1985), Bauman (1989).

vez da profundidade, um interesse pelo pastiche e pela paródia, pela referência ao passado e pela auto-referência, além do uso de uma pluralidade de estilos. Em termos de filosofia, pós-modernismo implica a rejeição dos grandes projetos do Iluminismo racionalista, incluindo tanto os sistemas de pensamento marxistas quanto os liberais. Em termos de análise sociológica, a pós-modernidade é um fenômeno do capitalismo pós-industrial, determinado de forma crucial pela revolução micro-eletrônica e pela globalização da comunicação e dos sistemas de informação. Mas, já que grande parte da sociologia deve muito ao racionalismo, os sociólogos têm que escolher entre uma sociologia da pós-modernidade e uma sociologia pós-moderna.<sup>4</sup> Uma fonte diferente de confusão dentro das artes e das disciplinas críticas das humanidades é o fato de que o 'modernismo' ao qual os críticos pós-modernos se referem parece muito mais com o realismo do século XIX do que com os experimentos de vanguarda que costumavam ser associados ao termo modernismo nas artes. Uma outra complicação reside na questão das datas, uma vez que, infelizmente, a modernidade tem início em épocas diferentes nas diferentes disciplinas acadêmicas. Para a filosofia e para a teoria política, a modernidade está em pleno vapor nos finais do século XVIII; nas artes e nas humanidades, o mundo moderno não tem início antes de 1890 e, de acordo com Virginia Woolf, não antes de 1910. Já que o *flâneur* de Baudelaire — o poeta andarilho, observador da metrópole, de meados do século XIX — é uma figura tão popular do pós-modernismo, podemos observar que, em termos filosóficos, ele já habitava a modernidade e, em termos literários, já era distintivamente pré-modernista. Além disso, como a questão levantada por Janet Wolff acerca da "flâneuse invisível" indicou num estágio inicial desses debates, os conceitos de pós-modernismo estavam necessitando urgentemente passar por um viés de gênero (Wolff, 1985).

## Elementos da conjuntura teórica atual

Considero prudente, então, usar a noção de pós-modernismo com uma certa cautela. Apesar disso, e dos problemas semelhantes associados ao termo 'pós-estruturalismo', esses rótulos genéricos nos levam a algumas tendências muito importantes do pensamento contemporâneo. Seria útil identificar essas tendências nos seguintes termos.

Primeiro, podemos verificar uma crítica generalizada ao *universalismo teórico*. Não se faz necessário reiterar aqui o grande impacto político causado pelo reconhecimento de que o feminismo ocidental dos anos 70 falava através de uma voz falsamente universalizada. A necessidade de registrar e de se engajar nas implicações das diferenças entre as mulheres tem sido tema de debates consideráveis. Elizabeth Spelman cita a poeta Gwendolyn Brooks nesse contexto: "O suco de tomates

não é chamado simplesmente de *suco*. É sempre chamado de *suco de tomate*. Spelman observa que “mesmo a leitura mais literal de Brooks deve nos fazer questionar se somos mais cuidadosos/as sobre o que pedimos em um restaurante do que quando pensamos as mulheres como as mulheres particulares que são” (Spelman, 1990, p. 186). Não estou bem certa até onde podemos fazer uso dessa metáfora com relação ao problema da diferença no feminismo. Não existem situações em que podemos optar por ‘suco’ genericamente, se nos oferecemos suco ou bebida alcóolica? (Não existe ainda algo *multo* específico sobre suco de tomate que ilustra a semelhança entre os outros sucos de frutas?)

Esses debates dentro do feminismo fazem parte de uma corrente muito mais abrangente no pensamento contemporâneo, na qual os discursos teóricos universalistas têm sido submetidos a uma crítica contínua e profunda. Os dois casos mais evidentes são o marxismo e a psicanálise, com seus modelos de análise extremamente universalistas.<sup>5</sup>

Segundo, tem havido uma crítica extensa a dois aspectos centrais daquilo a que normalmente nos referimos como pensamento ‘iluminista’, ou ‘liberalismo’ filosófico: a doutrina do *racionalismo* e do conceito *cartesiano* de sujeito humano. Filósofas/os e teóricas/os políticas/os feministas construíram um considerável *corpus* acerca do caráter masculino do ‘racionalismo’.<sup>6</sup> O chamado ‘sujeito cartesiano’ é um tópico de debate complexo, e muito do que é escrito dentro do pensamento pós-estruturalista e pós-moderno toca nessa questão. Em seu âmago está o modelo do sujeito racional, centrado, deliberativo (e, na prática, europeu moderno e masculino), para o qual Descartes deduziu seu ‘cogito ergo sum’. Há tantas coisas erradas com esse modelo de subjetividade que mal sabemos por onde começar. Ele desloca e marginaliza outros sujeitos e outras formas de subjetividade. Também nega o que muitos aceitam hoje como uma contribuição central da psicanálise — que o ‘self’ é construído a partir de conflito e tensão, ao invés de ser uma essência ou um dado. No entanto, a crítica a esse modelo de subjetividade traz consigo uma série de novos problemas, que Kate Soper consegue resumir bem no título de seu artigo, ‘Constructa Ergo Sum? A substituição do ‘Self’ enquanto essência por um ‘self’ construído e fragmentado nos apresenta não apenas a óbvia questão política de quem é o ‘Eu’ que age e baseado em quê, como também o enigma mais intrigante de quem é esse ‘Eu’ tão certo de sua natureza fragmentada e discursivamente construída (Soper, 1990). Portanto, a crítica ao sujeito Cartesiano trouxe à tona uma série de novas questões acerca da identidade e da experiência, tão bem argumentadas por Chandra Talpade Mohanty e Biddy Martin, por exemplo (ver Martin & Mohanty, 1986).

Terceiro, podemos falar da *generização da modernidade* como uma nova empreitada da crítica. Podemos, cada vez mais, identificar as implicações para o feminismo das várias

5 Essas questões são discutidas em algum detalhe em Barrett (1991)

6 Ver, por exemplo, Pateman & Gross (1986) e Barrett & Phillips (1992).

análises críticas do modernismo e da modernidade. A discussão de Griselda Pollock (1987 e 1988) acerca do artista, um ícone para o projeto modernista, iluminou em grande detalhe o significado cultural da masculinidade inscrita naquela figura. Persiste, contudo, o problema de que o próprio feminismo, para conseguir se libertar das amarras da cultura e do discurso nos quais se formou, deve muito aos 'valores modernistas' e a um projeto emancipatório e liberal. Susan Heckman ressalta que não se pode 'simplesmente' sugerir que 'a análise feminista complementa a análise crítica pós-moderna do racionalismo ao incluir a questão do gênero' (Heckman, 1990, p. 5). Isso se deve ao fato de que não podemos separar com clareza os elementos constitutivos de um 'pacote' que integra teoria e política. Portanto, pode-se fazer objeções aos dualismos do Iluminismo, onde o feminino, ou as mulheres, ocupa(m) sempre uma posição inferior ao masculino, ou aos homens, mas muitas feministas rejeitam o abandono total desses dualismos (até onde isso é possível), como quer o pós-modernismo.

Quarto, podemos perceber nesses debates uma nova crítica ao materialismo, e é a essas questões que quero me voltar mais detalhadamente.

## A análise crítica do materialismo

As críticas ao materialismo (filosófico) têm atraído muita atenção e recebido algumas reações hostis. A grande ansiedade tem sido gerada por aqueles que vêem no que chamam de 'teoria do discurso' uma tentativa ideológica suspeita para negar a realidade material — o que, presumidamente, seria uma empreitada tão fútil quanto a de Canute, se a própria perspectiva materialista for correta. Até onde as idéias têm poder, o materialismo mecânico está errado. Não há dúvidas, contudo, de que essas respostas são o resultado da provocação intelectual feita pelas afirmações 'performativas', como a famosa de Derrida 'il n'y a pas dehors texte' (não existe nada fora do texto). Essa afirmação não significa literalmente que trens só existam enquanto números em tabelas de horário, mas que todo conhecimento é apreendido discursivamente. Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (1990, p. 100) explicaram essa questão geral de maneira muito clara, em resposta a seus críticos, dando o exemplo prosaico de uma bola de futebol. O objeto esférico existe, mas não possui um *sentido* significativo fora dos sistemas de regras e convenções (discurso) pelos quais é constituída como uma bola de futebol.

Argumentos acerca do materialismo têm valores muito diferentes em diferentes disciplinas acadêmicas. Suposições materialistas, marxistas ou não, são comuns nas ciências sociais e florescem particularmente com a noção de uma 'estrutura social' determinante sobre a qual se sustentam a cultura e as crenças, assim como a subjetividade e o agenciamento. Mes-

mo assim, há muito existe o que podemos considerar uma tradição alternativa na teoria social, que enfatiza a experiência e tenta compreender a sociedade sem a ajuda de um modelo social estrutural. Um caso óbvio é a fenomenologia, como também o trabalho de Simmel. Nos últimos anos, temos presenciado um aumento de interesse nas várias tradições da teoria social — fenomenologia, hermenêutica, sociologia subjetivista etc — que, anteriormente, eram um tanto negligenciadas. O modelo materialista com maior poder epistemológico é o paradigma do marxismo clássico, que exerce uma influência formativa na teoria social européia.

No outro lado da divisão entre ciências sociais e arte, o problema do materialismo não teve um impacto indevido nas disciplinas que têm o texto, por definição, como seu objeto de estudo. Na história, contudo, as ramificações da crítica às premissas materialistas mostraram-se abrangentes. A posição ambígua da história se deve ao fato de que o que tradicionalmente se buscava era uma reconstituição ou reconstrução da 'realidade social', baseada, necessariamente, na leitura de evidências textuais. Assim, a questão de como a historiografia se adapta a uma reavaliação do equilíbrio entre texto e realidade é particularmente grave.

As implicações do pós-estruturalismo para a historiografia feminista têm sido muito debatidas. A incorporação do trabalho de Foucault já havia criado raízes (no trabalho de Judith Walkowitz e Jeffrey Weeks acerca da sexualidade, por exemplo), e a orientação metodológica das leituras de Mary Poovey é claramente influenciada por Derrida. Joan Scott tomou à frente para explicar a nova tendência e sugere que os *insights* derridianos podem nos levar a uma história feminista que "invalida a autoridade baseada em explicações totalizadoras, categorias de análise essencializadas (sejam elas natureza humana, raça, classe, sexo, ou 'os oprimidos'), ou narrativas sintéticas que pressupõem uma unidade inerente ao passado" (Scott, 1988, p. 7-8; ver Poovey, 1988).

Nesse contexto, as idéias de Derrida podem ser usadas para respaldar uma crítica já abrangente da historiografia convencional desenvolvida por Michel Foucault. Como o próprio Foucault explica na introdução a *The Archeology of Knowledge*, sua ambição era substituir a antiga história linear e teleológica por uma abordagem que buscasse uma sistematização como a que poderíamos encontrar num contexto geral de dispersão e particularidade (Foucault, 1989, p. 3-39)<sup>7</sup>.

É discutível até que ponto algumas das negações teóricas características do pós-estruturalismo podem ser utilizadas para a realização de pesquisas específicas. Sem ofender ninguém, podemos considerar essa questão com base numa afirmação que aparece na orelha de um livro sobre Foucault: "No sentido mais óbvio, as análises de Foucault sobre o nascimento da clínica, do asilo e da prisão são históricas e levantam proble-

7 Mais tarde, Foucault se declarou extremamente surpreso por ser descrito, unilateralmente, como um filósofo da descontinuidade e se auto-intituiu no Collège de France, 'Professor da História dos Sistemas de Pensamento'.

mas de interpretação histórica. Mas ele não faz nenhuma tentativa de reconstituir o passado historicamente e com precisão" (Cousins & Hussain, 1984). Essa é uma visão um tanto exagerada dos autores do livro de que a relação de Foucault com a história era 'excêntrica', mas ilustra o ponto em questão. Como a história pode dispensar a historicidade e a precisão? Evidentemente, apesar das negações sobre a existência da verdade, e das afirmações de que não há verdade e sim apenas efeitos de verdade criados pelo discurso, as próprias análises substantivas de Foucault propõem uma versão *melhor* da história das doenças mentais, da punição, ou da sexualidade do que as histórias anteriores, e nesse sentido suas análises são repletas de alegações epistemológicas.

Entre os pós-estruturalistas, Derrida, em particular, centrou sua atenção na impossibilidade de escaparmos das restrições intelectuais às quais fazemos objeções. Apontar, portanto, para a reintrodução implícita da metafísica ou do idealismo em seu trabalho provavelmente não o surpreenderia. De qualquer forma, existe uma tensão entre a visão do conhecimento altamente particularizadora e relativista adotada pelo pós-estruturalismo e as alegações epistemológicas necessariamente feitas em casos substantivos. Isso se coloca claramente no domínio da história, onde a realidade social está sempre em jogo, mas é um problema também nas discussões mais filosóficas que são, de qualquer forma, sempre situadas historicamente. No entanto, freqüentemente encontramos nesses escritores uma tímida hesitação para afixar datas.<sup>8</sup>

Tal desconforto é sintomático de uma incerteza mais generalizada acerca das implicações da crítica pós-estruturalista ao materialismo. Essa crítica toma várias formas: aparece em debates sobre o lugar da evidência, dos textos e dos arquivos na pesquisa histórica, em debates sobre a estrutura social ou os 'interesses' enquanto determinantes do comportamento etc. Uma análise crítica das pressuposições mecânicas do materialismo norteia a contínua 'virada cultural' no feminismo, centrada mais numa preocupação com a representação e a simbolização do que em abordagens mais classicamente sociológicas. Poderíamos acrescentar, nesse contexto, talvez, que a contestação de significados culturais é, em todos os sentidos, tão importante quanto outros projetos feministas. A análise que Foucault faz das exclusões e proibições do discurso é extremamente pertinente a um feminismo pioneiro na compreensão do poder de nomear e da eficácia da linguagem (Foucault, 1987).<sup>9</sup>

<sup>8</sup> Ver, por exemplo, o ensaio de Derrida (1978), que eventualmente desvenda o 'onde e quando' de uma tese central ao escolher os nomes ('como indicação apenas') de Nietzsche, Freud e Heidegger — permitindo que o localizemos na Europa dos finais do século XIX e início do século XX (p. 280).

<sup>9</sup> Sobre o feminismo e o poder de nomear, ver Rich (1980).

## Considerações disciplinares

Os debates na filosofia e na teoria social, e as discussões paralelas nas humanidades, acontecem num contexto institucional. Quero focalizar agora alguns aspectos disciplinares desses debates. Em primeiro lugar, podemos observar que os estu-

dos feministas sempre tiveram a ambição de transcender os limites disciplinares. Como o marxismo, sempre considerou tais limites como construções de um sistema sem visão, devendo ser ignorados. A filosofia dos 'Estudos sobre a Mulher' baseia-se de forma muito clara nessa posição. Na prática, contudo, existem duas limitações, amplamente reconhecidas, sob a rubrica de 'Estudos sobre a Mulher': ela não desafia a definição dominante de disciplinas acadêmicas (as quais permanecem destituídas de acadêmicas feministas — um aspecto da 'guetoização') e milita contra o desenvolvimento de uma compreensão dos homens, da masculinidade e da interação entre os sexos (objeto de estudo da rubrica alternativa, estudos de 'gênero'). Apesar de sua importância, não me interessa aqui tratar dessas questões. Quero focalizar alguns dos problemas que surgem em relação aos interesses feministas e as disciplinas acadêmicas — fora dos 'Estudos sobre a Mulher' — em termos mais gerais.

Não seria muito banal observar que a maioria das acadêmicas e estudiosas feministas vem sendo formadas dentro das convenções de uma ou de outra área disciplinar nas artes e nas ciências sociais. As marcas dessa formação específica são frequentemente indelévels e tornam-se particularmente visíveis na produção feminista, já que uma disciplina após a outra tem exercido historicamente uma certa 'influência' no feminismo contemporâneo. Isso normalmente vem à tona no contexto das acusações de uso de 'jargão', o que geralmente significa terminologia de outra disciplina: eu não costumo perceber meu próprio vocabulário disciplinar como jargão.

Mas as disciplinas não apenas criam jargões; elas se baseiam em pressupostos e convenções distintas a respeito da natureza de seu objeto de estudo e de quais os métodos mais apropriados para estudá-los. O debate acadêmico pode, ocasionalmente, se resumir a um simples comércio de pressupostos através de fronteiras disciplinares. Foucault desenvolveu a idéia de um aparato disciplinar e de um policiamento discursivo para descrever as práticas que regulam o que pode ser dito dentro de uma disciplina, e mostrou como podemos aplicar a idéia de Canguilhem de que o conhecimento está 'no verdadeiro'. "Dentro de seus próprios limites, cada disciplina reconhece proposições verdadeiras e falsas; mas empurra toda uma teratologia do conhecimento para além de suas margens". Então, a menos que uma proposição esteja 'dentro do verdadeiro' desses requisitos, não pode ser aceita como verdade. Foucault cita o exemplo de Mendel, cujas teorias foram rejeitadas no século XIX, porque ele falava sobre objetos e usava métodos desconhecidos à biologia de sua época. Foucault conclui (para a surpresa daqueles que insistem em considerá-lo totalmente relativista) que "Mendel falou a verdade, mas não estava inserido 'na verdade' do discurso biológico de seu tempo" Foucault, 1987, p.60-1).

Falar 'dentro da verdade' de uma disciplina específica sig-

10 A reclamação mais comum nesse caso é a de que as feministas norte-americanas sentem menos necessidade de ler o que suas colegas australianas ou britânicas escrevem (até que um editor americano se interesse) do que vice-versa.

11 Gayatri Spivak oferece uma exceção a essa observação geral, por incluir entre seus interesses questões econômicas, tecnológicas etc. "Não podemos pedir aos economistas e aos sociólogos para prestarem atenção à nossas especulações acerca da constituição subjetiva da mulher no neocolonialismo pós-moderno, se nós o fazemos como primitivistas" (Spivak, 1989, p. 228). Ver também Spivak (1987)

12 Para dois exemplos, ver Miles (1986) e Afshar (1985).

nifica falar dentro de uma rede complexa de inclusões e exclusões. Diferenças de tempo e espaço são cruciais para a compreensão desses requisitos em contextos específicos. Na teoria feminista ocidental contemporânea, claramente existem diferentes convenções de referência entre feministas australianas, europeias e norte-americanas a respeito do que se precisa conhecer na área.<sup>10</sup> Da mesma forma, existem diferenças significativas entre as disciplinas sobre até que ponto a interdisciplinaridade é desejável ou necessária, e diferenças significativas entre as maneiras com que as disciplinas se desenvolvem nacionalmente e regionalmente nas várias partes do mundo. A compreensão desses padrões em toda a sua complexidade exigiria um conhecimento extenso e uma reflexão sobre os aspectos educacionais da colonização no passado e seus efeitos na atual distribuição de poder acadêmico.

Uma outra maneira de pensarmos a noção de Foucault sobre as fronteiras de disciplinas específicas seria tomar a liberdade de ignorar. Existe uma divisão informal do trabalho na qual certas questões são atribuídas a uma disciplina e legitimamente ignoradas por outra. Eu particularmente acredito que podemos ver esse processo na divisão informal de trabalho entre as disciplinas críticas na área das artes e humanidades e nas ciências sociais. Um efeito do que chamo aqui de movimento das 'coisas' para as 'palavras' é uma desestabilização dessa divisão informal de trabalho entre as disciplinas. Contudo, parece-me que isso tem aberto espaço para novas áreas, ou tópicos de estudo, previamente considerados além do que poderia ser estudado dentro de uma disciplina. A tarefa mais ambiciosa de repensar os métodos apropriados de estudo, e de desenvolver maneiras de verdadeiramente se trabalhar interdisciplinarmente tem sido negligenciada. Os exemplos que podemos citar aqui são obviamente discutíveis, e tentarei apresentá-los de forma construtiva.

O 'sujeito pós-colonial', por exemplo, é mais bem conhecido como um fenômeno do arquivo ou da psiquê do que como um agente na migração do trabalho ou uma vítima de estratégias globalizadoras.<sup>11</sup> As razões para isso são complexas. Economistas e sociólogas feministas têm se debruçado sobre essas questões, mas as linhas de comunicação entre elas e os/as leitores/as literários e os/as acadêmicos/as são institucionalmente precárias.<sup>12</sup> Existe também um vácuo evidente no que concerne essas questões dentro da ciência social feminista, na minha opinião, porque o modelo social estrutural se mostrou particularmente difícil de se controlar face a uma interação tripla de desvantagem. Idealmente, seríamos capazes de complementar o conhecimento do pós-colonialismo adquirido em livros e arquivos, lidando com questões subjetivas e simbólicas, com um tratamento social, econômico e político mais amplo desse tema histórico. Esses vários aspectos do sujeito não são conflitantes, e não devemos atribuir, de forma abstrata, maior importância

epistemológica a nenhum deles. Mas eles exigem uma variedade de competências, treinamentos e conhecimentos.

Na prática, a recente mudança de definições disciplinares acerca do objeto de estudo apropriado significa uma exportação de métodos e técnicas. A redefinição da 'crítica literária' é um caso muito importante nesse sentido. Com certeza podemos dizer que abordagem tradicional 'canônica' foi desestabilizada, apesar de ter acarretado conseqüências complexas. Barbara Christian, por exemplo, tocou num ponto delicado ao apontar o interesse pela teoria pura nos estudos literários, o que resultou numa negligência das leituras de textos que tratem dos sentimentos e dos pensamentos (Christian, 1987). Quero enfatizar aqui um aspecto diferente dessa desestabilização: a relação entre o método de leitura crítica e o texto ou o objeto de estudo.

Um desenvolvimento na 'crise' intelectual da crítica literária foi o novo interesse por textos antes excluídos do padrão aceito de 'literariedade'. A escola de pensamento conhecida como 'novo historicismo' saiu na frente na leitura de documentos sociais, médicos, legais e políticos ao lado de textos literários; técnicas derridianas de leitura tiveram um papel importante nesse desenvolvimento. Geralmente, ouvimos em qualquer congresso de crítica literária recente (como o Modern Language Association) muitos trabalhos nos quais as fontes sociais mais mundanas são decodificadas, desconstruídas, e 'lidas' através do arsenal crítico da interpretação textual recente. A pergunta a ser feita, contudo, é se esses exercícios não seriam mais do que um método que se cansou de percorrer o mesmo território. Como, em particular, o conhecimento alcançado através de tais leituras interage com o que conhecemos de história social, ou de sociologia, do saneamento na era vitoriana ou de práticas de travestimento nos anos 50?

Se tudo isso significa dizer que uma tendência tem sido a aplicação de técnicas de crítica literária a documentos e arquivos socio-históricos, lidos como 'textos', uma outra tendência importante é a releitura de textos canônicos a partir de uma perspectiva interpretativa totalmente diferente. O exemplo mais influente no momento é a aplicação de conceitos psicanalíticos como método de crítica literária. Isso também levanta algumas questões complexas. Tendo em vista que a psicanálise, historicamente, é uma das perspectivas mais 'reducionistas', uma vez que seus pressupostos explicativos, a exclusão de outros fatores e seu universalismo teórico incipiente são legendários, talvez seja irônico que (do ponto-de-vista de seus praticantes), nesse processo, seu estatuto epistemológico seja radicalmente alterado. É cada vez mais aparente que os pressupostos daqueles que usam conceitos psicanalíticos como método de leitura de textos diferem muito dos pressupostos daqueles que praticam a psicanálise num contexto terapêutico. Apesar de haver um certo trânsito entre uma e outra prática, existe, mesmo assim, uma

13 Ver também Feldstein & Sussman (1990).

certa distância e, às vezes, um conflito direto entre a análise cultural, mais fluida, e a instituição clínica. Poderíamos colocar isso como uma ruptura entre a 'psicanálise', onde certos pressupostos são tidos como verdadeiros em diferentes escolas como a freudiana, a kleiniana, a lacaniana e outras, e uma *pós-psicanálise* cujo objeto é exclusivamente simbólico (Barret, 1991, capítulo 5)<sup>13</sup>.

A psicanálise se posiciona numa complexa conjunção entre 'palavras e coisas', onde algumas variantes enfocam exclusivamente o reino simbólico da linguagem e da representação, enquanto outras (apesar de não chegarem à mentalidade do 'evento real') endossariam alegações de que a experiência psíquica possui algum tipo de poder causal em uma história subjetiva.

Tratar dessas diferenças de método e epistemologia significa levantar a questão de como os objetos de estudo são constituídos no interior das diversas disciplinas. Se a ignoramos, vamos trabalhar dentro de limites muito estreitos. Pode haver algum receio de que colocar essa questão signifique, em si, endossar ou sugerir a busca por uma 'teoria geral' ou uma 'perspectiva integrada', mas não acredito que seja esse o resultado provável. Pelo contrário, abordar as 'verdades' específicas das diferentes disciplinas significa descobrir não o modernismo controlador de uma teoria do conhecimento totalmente integrada, mas precisamente o oposto — uma quantidade incomensurável de conhecimentos que provocam reflexões interessantes.

## Conclusão

Acredito que seria útil pensarmos mais um pouco sobre as implicações daquilo que numa abordagem foucaultiana poderíamos chamar de 'aparatos de verdades disciplinares'. Nos exemplos que coloquei aqui, minha tendência foi discutir as questões sobre as quais tenho alguma experiência (sociologia e estudos literários), o que é inevitável, pois não podemos falar totalmente fora dessas convenções. Vale notar, contudo, que esses aparatos disciplinares não são simplesmente relíquias das antigas disciplinas, mas sim desenvolvimentos vivos e poderosos dentro das novas disciplinas também. 'Estudos da mulher', 'estudos culturais', 'estudos gays e lésbicos' perderam rapidamente a perspectiva aberta que tinham no início e desenvolveram pressupostos e convenções (paradigmas disciplinares) distintos dentro dos quais cada campo opera. Nos estudos feministas, a ambivalência sobre privilégio acadêmico pode ter marginalizado esses problemas. Talvez estivéssemos, entretanto, politicamente numa situação melhor, se o contexto institucional de conhecimentos específicos, e os vários poderes que os acompanham, fossem abordados mais abertamente.

No que diz respeito ao materialismo, parece provável que ainda vai levar um bom tempo até que a enorme influência e os efeitos das dicotomias estrutura/cultura e base/superestrutura

tenham sido registrados, mais ainda até que sejam superados. Isso com certeza se aplica a feministas que trabalham dentro das bases disciplinares das ciências sociais e da história. Nas artes e nas humanidades o impacto do pós-estruturalismo, apesar de altamente discutível, foi muito maior. A teoria feminista tem conseguido tratar de um número de questões fora de uma perspectiva 'materialista' clássica: particularmente, a análise da corporalidade e da psiquê. Isso se deve a algumas teorias 'pós-estruturalistas', notadamente a leitura desconstrutivista derridiana, a psicanálise lacaniana e a ênfase de Foucault na materialidade do corpo e nos discursos de poder. As feministas se apropriaram dessas teorias ao invés de outras por boas razões: esses teóricos tratam das questões da sexualidade, da subjetividade e da textualidade, que são prioritárias na agenda feminista. Considerando os debates que agora permeiam o feminismo e o pós-estruturalismo, fica claro que os pressupostos clássicos do materialismo têm uma aplicação útil cada vez menor.

Isso não significa, contudo, que devamos nos converter completamente ao 'pós-estruturalismo'. As muitas críticas pós-estruturalistas e pós-modernistas ao pensamento liberal e ao Marxismo expuseram, de forma decisiva, as falhas fundamentais dessas teorias. Se, entretanto, elas podem prometer uma alternativa mais viável é uma questão mais problemática. Enquanto isso, o abandono total das áreas de estudo tradicionalmente representadas pelas disciplinas acadêmicas — sociologia, economia política, economia e política — implica grandes perdas.

Há um outro aspecto paradoxal da aplicação em um sentido econômico que o feminismo moderno faz do caráter historicamente atribuído à materialidade. Enquanto classe social é definitivamente *non grata* como tópico de estudo, aceita-se que se fale de 'proletarianização' e 'exploração' no contexto do capitalismo global e em desvantagens determinadas por questões raciais. Certamente, trata-se de uma anomalia, mesmo que politicamente explicável.

Finalmente, quero concluir com um comentário acerca da questão do materialismo e da 'base' teórica da prática política. Nos debates em torno do feminismo e do pós-modernismo algumas pessoas têm se pronunciado a favor de uma concepção 'modernista' de racionalismo, igualitarismo e autonomia como fundamento para uma prática emancipatória, não só no feminismo como em outros movimentos. Nesse modelo, o trabalho de Habermas e a teoria crítica, por exemplo, podem ser vistos como uma forma de resgatar o feminismo da irracionalidade e das limitações políticas das perspectivas pós-modernas. Evidentemente, essa discussão faz parte de um debate maior sobre se o feminismo é um projeto 'essencialmente' modernista ou pós-modernista. Existem algumas boas razões para se defender as duas posições e, de fato, uma terceira posição de que o feminismo se situa em ambos os lados e assim desestabiliza a divisão binária entre modernismo e pós-

14 A antologia mais útil acerca desse debate é Nicholson (1990). Podemos encontrar feministas que fazem uma crítica mais simpaticamente com a 'teoria crítica' em Benhabib & Cornell

modernismo.<sup>14</sup> Parece-me, contudo, que não precisamos, necessariamente, de mais e melhores teorias que legitimem ou justifiquem a prática política feminista. Tal necessidade se baseia na suposição de que valores políticos são produzidos pela análise científica (um caso típico seria o do científico 'clássico' em oposição à definição utópica de marxismo). Esse 'cientismo' levado ao extremo subtrai valores da política, o que também tem sido o efeito do anti-humanismo generalizado que tem caracterizado o pós-estruturalismo e certas escolas do pensamento feminista. Debates sobre Ideologia e subjetividade nos mostraram que precisamos de uma concepção melhor de agenciamento e identidade do que a oferecida tanto pelo pensamento pós-estruturalista (anti-humanista) como por seus predecessores modernistas (humanistas). É bem possível que para desenvolver uma melhor explicação da motivação política subjetiva, teremos que reabrir, de maneiras novas e criativas, a questão do humanismo. Enquanto isso, talvez, seja importante afirmar que os objetivos políticos são, de forma preponderante, constituídos com base em valores e princípios, e não podem ser fundamentados em uma análise social científica; sua origem está nas aspirações e não em provas factuais.

## Referências bibliográficas

- Afshar, Haleh (ed.) (1985). *Women, Work and Ideology in the Third World*. London/ New York: Tavistock/ Routledge.
- Barrett, Michèle (1990). Feminism's Turn to Culture. *Woman: A Cultural Review*, v. 1, p.22-4.
- \_\_\_\_\_. (1991). *The Politics of Truth: From Marx to Foucault*. Cambridge: Polity.
- Barrett, Michèle & Phillips, Anne (eds.) (1992). *Destabilizing Theory: Contemporary Feminist Debates*. Stanford: Stanford University Press.
- Bauman, Zygmunt (1989). *Legislators and Interpreters: On Modernity, Post-Modernity and Intellectuals*. Cambridge: Polity.
- Benhabib, Seyla (1990). Epistemologies of Postmodernism: A Rejoinder to Jean-François Lyotard. In: Nicholson, Linda J.. (ed.). *Feminism/ Postmodernism*. London/ New York: Routledge, p. 125.
- Benhabib, Seyla & Cornell, Druclilla (eds.) (1987). *Feminism and Critique*. Cambridge: Polity.
- Boyne, Roy & Rattansi, Ali (eds.) (1990). *Postmodernism and Society*. London: Macmillan.
- Brian Turner (ed.) (1990). *Theories of Modernity and Postmodernity*. London: Sage.
- Christian, Barbara (1987). The Race for Theory. *Cultural Critique*, v. 6, p. 51-64.
- Cousins, Mark & Hussain, Athar (1984). *Michel Foucault*. London: Macmillan.
- Derrida, Jacques (1978). Structure, Sign and Play in the Discourse of the Human Sciences. In: *Writing and Difference*. London: Routledge.
- Feldstein, Richard & Sussman, Henry (eds.) (1990). *Psychoanalysis and...* London/ New York: Routledge, p. 1-8.
- Felski, Rita (1989). *Beyond Feminist Aesthetics*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.
- Foucault, Michel (1987). The Order of Discourse. In: Young, Robert (ed.). *Untying the Text: A Post-Structuralist Reader*. London/ New York: Routledge, p. 48-78.
- Foucault, Michel (1989). *The Archeology of Knowledge*. London: Routled-

- ge.
- \_\_\_\_ (1990). *The Minimalist Self*. In: Kritzman, Lawrence (ed.). *Michel Foucault: Politics, Philosophy, Culture. Interviews and Other Writings 1977-1984*. London: Routledge, p. 3-16.
- Fraser, Nancy (1989). *Unruly Practices: Power, Discourse and Gender in Contemporary Social Theory*. Cambridge: Polity
- Frisby, David (1985). *Fragments of Modernity*. Cambridge: Polity.
- Heckman, Susan (1990). *Gender and Knowledge: Elements of a Postmodern Feminism*. Cambridge: Polity.
- Laclau, Ernesto (1977). *Politics and Ideology in Marxist Theory*. London: Verso.
- Laclau, Ernesto & Mouffe, Chantal (1990). *Post-Marxism Without Apologies*. In: Laclau, Ernesto (ed.). *New Reflections on the Revolution in Our Time*. London: Verso.
- Lash, Scott (1990). *Sociology of Postmodernism*. London: Routledge.
- Martin, Biddy e Mohanty, Chandra Talpade (1986). *Feminist Politics: What's Home Got to Do with It?* In: Lauretis, Teresa de (ed.). *Feminist Studies/ Critical Studies*. Bloomington, Ind.: Indiana University Press.
- Mies, Maria (1986). *Patriarchy and Accumulation on a World Scale*. London/ New Jersey: Zed Press.
- Nicholson, Linda (ed.) (1990). *Feminism/Postmodernism*. London/ New York: Routledge.
- Pateman, Carole & Gross, Elizabeth (1986). *Feminist Challenges: Social and Political Theory*. Sydney: Allen and Unwin.
- Pollock, Griselda (1987). 'Feminism and Modernism'. In: Parker, Roszika and Pollock, Griselda (eds.). *Framing Feminism: Art and the Women's Movement 1970-1985*. London: Pandora/ Routledge.
- \_\_\_\_ (1988). *Vision and Difference: Femininity, Feminism and the Histories of Art*. London/ New York: Routledge.
- Poovey, Mary (1988). *Uneven Developments: The Ideological Work of Gender in Mid-Victorian England*. Chicago: Chicago University Press [or London: Virago, 1989].
- Rich, Adrienne (1980). *On Lies, Secrets and Silence*. London: Virago.
- Scott, Joan Wallach (1988). *Gender and the Politics of History*. New York: Columbia University Press.
- Soper, Kate (1990). *Constructa Ergo Sum?* In: Soper, Kate. *Troubled Pleasures: Writings on Politics, Gender and Hedonism*. London: Verso, p.146-61.
- Spelman, Elizabeth V. (1990). *Inessential Woman: Problems of Exclusion in Feminist Thought*. London: The Women's Press.
- Spivak, Gayatri Chakravorty (1987). *Scattered Speculations on the Question of Value*. In: \_\_\_\_\_. *In Other Worlds: Essays in Cultural Politics.*, London/ New York: Routledge, p. 154-75.
- \_\_\_\_ (1989). *The Political Economy of Women as Seen by a Literary Critic*. In: Elizabeth Weed (ed.). *Coming to Terms: Feminism, Theory, Politics*. New York: Routledge.
- Wolff, Janet (1985). *The Invisible Flâneuse: Women and the Literature of Modernity*. *Theory, Culture and Society*, v. 2, p. 37-48.

TRADUÇÃO DE  
Ana Cecília Acioli Lima